

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.880 - SP (2018/0266199-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : MONICA SARTORI KOERMANDY**  
**ADVOGADO : MARCOS MAURICIO BERNARDINI E OUTRO(S) - SP216610**  
**AGRAVADO : ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA**  
**ADVOGADOS : SERGIO HENRIQUE CABRAL SANT' ANA - SP266742**  
**MARCELLA DE MACEDO GOMES E OUTRO(S) - SP358276**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE.C. RESCISÃO DE CONTRATO C.C. INDENIZATÓRIA INSTITUIÇÃO DE ENSINO QUE SE RESPONSABILIZOU EM CUSTEAR PARTE DAS MENSALIDADES DA RECORRENTE EM OUTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO - AVENÇA DESCUMPRIDA EXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL AUSÊNCIA DE PROVAS ASTREINTES REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA DIÁRIA MOMENTO INADEQUADO ART. 537, § 1º, DO CPC - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. Considerando que o simples fato da instituição de ensino ré descumprir a sua obrigação contratual de pagar parte das mensalidades da autora junto a outra instituição congênere não ensejou qualquer outra consequência que não a mora parcial atribuída à autora, afastada está a caracterização de dano moral compensável;

II. A periodicidade, valor da multa diária e seu teto, têm fundamento nos termos do art. 537 do CPC, sendo certo que a apreciação quanto ao eventual excesso se dá quando de sua liquidação.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação aos artigos 926, do CPC, 927 do Código Civil; 6, incisos I, II, 14, ambos do Código de Processo Civil, além de dissídio jurisprudencial.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

De início, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas

dos autos, apurou a ocorrência de responsabilidade do agravada e concluiu pela não caracterização do dano moral indenizável, assim se pronunciando:

[...]

Conheço do recurso, e lhe dou parcial provimento.

É fato incontroverso que a apelante firmou acordo com a autora se comprometendo em pagar quantia equivalente a 25% das mensalidades escolares desta junto à instituição de ensino FECAP, nos termos da cláusula segunda do contrato de fls. 26/29, não tendo a recorrente cumprido com os termos ajustados, de sorte que a autora foi cobrada da parcela da mensalidade que seria de responsabilidade da recorrente, sendo certo que no curso da ação da recorrente quitou parte das parcelas devidas.

Ora, é assente nesta turma julgadora que a simples cobrança ou inadimplência de obrigação pecuniária, sem que haja qualquer outra circunstância anormal à tal comportamento, como a inclusão dos dados da parte credora em cadastro de inadimplentes, ou, no caso, de qualquer consequência de índole administrativa junto à instituição de ensino FECAP, a não ser ter sido a autora cobrada da integralidade do valor das mensalidades escolares, não enseja o reconhecimento de caracterização de dano moral compensável, mas sim de mero dissabor ou inconveniente.

O que se vislumbra pela prova produzida pela autora é de que foi ela informada quanto à existência de pendência financeira perante a instituição de ensino FECAP, tendo em vista o inadimplemento de parte das mensalidades, exatamente a parcela de responsabilidade da recorrente (fls. 42/46), indicando Situação Financeira do Aluno bloqueada no Financeiro (fl. 46).

Inexiste qualquer elemento probatório de que tal anotação tenha se tornada pública, mas sim de que estava restrita às partes, aluna e instituição de ensino, de molde a que não trouxe à autora qualquer difamação. Igualmente inexiste qualquer prova de que este fato lhe tenha acarretado dor moral anormal àqueles que têm seus direitos creditórios ou obrigacionais violados pelo inadimplemento.

Destarte, não caracterizado dano imaterial compensável, afasto a condenação da ré/recorrente, ao pagamento de compensação por este fato.

No que se refere ao valor das astreintes, não é nesta oportunidade que se faz a apreciação de sua exorbitância ou não, visto que a sua imposição tem o condão compelir o devedor recalcitrante no cumprimento de suas obrigações a fazê-lo, sendo estabelecida com fundamento no art. 537, do CPC. Na fase de cumprimento de

sentença, haverá oportunidade de, em se pretendendo receber o valor arbitrado, apreciação do disposto no § 1º, I e II, do citado artigo, podendo ser reduzida, como pretendido.

Posto isto, dou parcial provimento ao recurso.

[...]

O acolhimento das razões do recurso especial, a fim de demover as conclusões da Corte de origem e, com isso, caracterizar a responsabilidade da recorrente, demandaria reexame de matéria fática, o que esbarra na Súmula 7 do STJ.

Por fim, impende registrar que os apelos interpostos com fundamento no artigo 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula n. 7/STJ, quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

SÚMULA N. 211/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ.

(...) 4. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 980.520/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 13/02/2017) (grifou-se)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora